

O HISTORIADOR E O CRONISTA: UM DIÁLOGO SOBRE O TEMPO E O COTIDIANO

POLIANA DOS SANTOS*

1. Introdução

Este artigo analisa a relação entre a história e a crônica, apreendendo esta como uma testemunha expressiva de determinadas estruturas sociais. Para tanto, o presente trabalho se funda no reconhecimento da ficção como documento; e na ideia de que o artifício da forma é um elemento necessário para desvendar o texto e ajudar no raciocínio histórico.

A ciência histórica passou por transformações significativas na primeira metade do século XX, possibilitando o surgimento e a renovação de métodos e técnicas historiográficas. Houve uma mudança no campo conceitual da história e no seu olhar temático. Destarte, a ideia de tempo foi modificada, as ferramentas de trabalho foram ampliadas e os assuntos foram diversificados. Em suma, o que houve foi uma grande pluralização, que ocasionou trocas e diálogos enriquecedores na compreensão de se fazer a história. Nesse contexto, foram criados contatos, muitas vezes conflitantes, com a sociologia, a antropologia, a filosofia, a geografia e a literatura, o que favoreceu a incorporação de certos procedimentos científicos de tais disciplinas.

Os grandes eventos, que foram abordagens centrais no pensamento historiográfico tradicional, perderam, então, espaços para os temas que tratavam do cotidiano, de indivíduos desconhecidos, de costumes ou hábitos outrora desprezados. Dessa forma, os fatos minúsculos, os esquemas mentais e a imaginação (a exemplo dos contos de fada) tomaram parte no entendimento social. Em consequência, surgiu outra definição de totalidade, não mais vinculada aos relatos grandiosos, mas às pequenas narrativas, cuja expressão máxima foi sintetizada no aforismo “Deus está no particular”. Isso significava dizer que o historiador poderia montar uma teia complexa das relações humanas a partir de informações

* Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

aparentemente insignificantes, presente numa carta, numa certidão de óbito, num texto ficcional, num emblema ou, até mesmo, na vida material das pessoas, como numa fotografia ou vestimenta.

Esses novos parâmetros geraram uma gama de documentos importantes para o conhecimento social e temporal do homem. Entretanto, a utilização dessas fontes documentais suscitaram alguns problemas, uma vez que a ciência histórica teve que lidar com os limites e as armadilhas que esses dados impunham. Esse é o caso da literatura, que trabalha com o símbolo, a alegoria, a invenção e o engano. Dentro do universo literário, o gênero mais próximo da história, e o que particularmente nos interessa, é a crônica. Isso, todavia, não constitui uma simplicidade no manuseio documental. O fato dela se apresentar menos complexa do que o romance e se compor apenas do narrador, que é o próprio autor, não facilita o seu trato, pois ela se constitui de uma linguagem variável e misturada, podendo incorporar arranjos que compõem o próprio romance ou conto.

2. No rastro da crônica: a história feita em tom menor

A crônica é caracterizada por sua volubilidade, isto é, possui uma tendência para mudança, constituindo-se com variantes pontos de vistas. Ela é designada como uma forma de linguagem de feitura solta, leve e aparentemente à toa; sua composição é marcada por certo descompromisso e humor. Flexível e heterogênea, ela nasce de um fato pequeno e circunstancial, e desemboca num tempo presente e cotidiano. Por tudo isso, esse gênero possui a capacidade de revelar, por meio da superfície, uma dimensão profunda da vida e das relações humanas. Para Candido (1992, p. 21), esse movimento textual é provocado por múltiplas formas, que podem se configurar em diálogos (à maneira de entrevistas), contos e até mesmo narrativas com certa estrutura ficcional. Aliás, por sua própria formação, esse texto curto se mostra híbrido, pondo-se entre a literatura e o jornalismo.

A crônica teve origem com o folhetim que, oriundo da França, no início do século XIX, ocupava o rodapé dos jornais. Nesse espaço, cabia-se de tudo: anedotas, histórias políticas, críticas sociais, literárias e teatrais. Era um lugar de variedades. Aos poucos, essas narrativas foram distinguindo-se, e a ficção foi ganhando o território que antes era destinado à multiplicidade. O romance passou a fazer parte da vida do jornal, sendo ingerido diariamente

em pequenas doses, o que acarretou um leitor ansioso e sedento pelos novos remates fictícios. Com efeito, surgiu uma literatura de mercado cada vez mais competitiva, em que se disputavam autores a preços altos, tais como Eugène Sue e Alexandre Dumas (pai). A secção de variedade, por sua vez, foi impelida para dentro do periódico, e adquirindo um novo contorno, mais breve e ligeiro.

No Brasil, o folhetim seguiu o caminho e os moldes franceses; e o precursor dessa novidade na imprensa foi o *Jornal do Comércio*. Em 1838, é publicado, no rodapé da primeira página desse periódico, o romance de Alexandre Dumas, intitulado *O capitão Paulo*. O sucesso dessa obra gerou um *boom* literário, estimulando a publicação de outras traduções, assim como a produção nacional folhetinesca, que trouxe como primeiro êxito *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), no ano de 1844. O feliz resultado dessa empresa impeliu, para o corpo interno do jornal, as diversas modalidades de escritos que outrora fazia parte do *rez-de-chaussé*, a semelhança do que aconteceu em Paris. Entretanto, essa mudança de lugar não limitou a confecção do relato jocoso e plurilinguístico, sendo alargada para os finais de semanas.

Nesse contexto, era lançado, sempre aos domingos, o folhetim do *Jornal do Comércio*, denominado *A semana*, na qual era disseminada uma série de assuntos e romances curtos com a finalidade de distrair os possíveis leitores. Era também aos domingos, entre os anos de 1854 e 1855, que o Jovem José de Alencar (1829-1877) escrevia suas crônicas para o *Correio Mercantil*, na então *Revista da Semana*. Vários temas eram discutidos: eventos políticos e sociais, peças teatrais, o surto do cólera, religião, os passeios públicos, os tipos humanos que configuravam o Rio de Janeiro, entre outros. Os acontecimentos cotidianos da sociedade carioca, o considerado insignificante, eram fixados pelas impressões do escritor. E entre tantos fatos inaudíveis, ainda sobrava espaço para debater a posição do folhetinista no mundo das letras, isto é, o seu fazer literário. Em razão dessas miríades de matérias, feitas ao sabor do vento, das trocas de conversas, Alencar chamou esse volume de textos *Ao correr da pena* (1954).

A crônica, portanto, seria composta sem a elegância e o encanto poético, feita para o consumo rápido. É a palavra que brota sem intenções de grandeza, sem uma regra geral ou um problema específico. Por ter uma liberdade ilimitada, pode tratar de tudo ao mesmo tempo, quase sempre com bom humor. Embora Alencar considere a definição do folhetim como

missão impossível, ele tenta encontrar um significado. O autor explica que essa forma de escrita força “um homem a percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer as páginas douradas do seu álbum, com toda a finura e graça e a mesma monchalance com que uma senhora volta as páginas douradas do seu álbum [...]” (Ibid, 24 de setembro de 1854).

Machado de Assis (1839-1908) também procurou esclarecer o gênero, no texto *O folhetinista*, publicado, em 1859, no periódico *O Espelho*. Além do conceito, ele revela a dificuldade desse escrito, enquanto elaboração artística; e examina o seu processo de adaptação no Brasil, comentando que é um estilo de literatura tipicamente parisiense, pouco ajustada a cor nacional: “escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil” (ASSIS, 2009, p. 57). Para o autor, “o folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal” (Ibid., p. 56). O que se percebe na concepção dos dois escritores é a ambivalência que caracteriza esse gênero literário, isto é, as mesclas entre categorias que se parecem distintas; e a presença indelével do engraçado.

O fato de a crônica apresentar um formato disforme, um corpo indefinido, em que se costura uma variedade de assuntos, uma pluralidade de formas, leva os autores citados a representá-la por algum tipo de animal, geralmente de aspecto leve, ligeiro e volúvel, tal como um pássaro, uma borboleta ou formiga. Tanto José de Alencar como Machado de Assis escolheram, como símbolo dessa escritura, o beija-flor. Assim, o primeiro diz que o folhetim faz do “escritor uma espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho!” (ALENCAR, op. cit., 24 de setembro de 1854). Já o segundo escreve que “o folhetinista, na sociedade ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo mundo lhe pertence; até mesmo a política” (ASSIS, op. cit., p. 56).

Assim, o “fato miúdo” ou “comezinho” se apresenta como a fonte real do cronista, matéria do qual ele se nutre para execução do seu fazer literário. Essa relação do gênero com os episódios diminutos conduz ao estreitamento dos laços entre a crônica e uma “nova história”. Tanto uma quanto a outra se constrói no cotidiano, no minúsculo da vida, nas vozes

abafadas das massas anônimas ou no universo mundano e soberbo das elites. Trata-se de uma escrita de entrelaçamentos estéticos e temporais. Não é à toa que esse gênero tem origem na palavra grega *chronus*. Neves (1992, p. 82) explicita que a crônica é “o tempo feito texto”, isto é, o espaço-linguagem onde o tempo se materializa, pondo-se em ordem. Mas não se trata de qualquer temporalidade, é antes de tudo dimensão temporal do vivido. Por isso, os cronistas, numa época em que o documento era a memória viva, tinham a função de historiador, quer dizer, de guardar os eventos presentes e transmiti-los com veracidade (LOPEZ, 1992, p. 166).

Em decorrência, o gênero em estudo é a forma épica mais próxima da historiografia, já que sua elaboração passa pelos meandros da oralidade, da experiência e da memória. O escritor se torna um narrador da história, sendo forçado, semelhante ao cientista, a lidar com os eventos que observa, não se contentando em representá-los como exemplo para o mundo (BENJAMIN, 1994, p. 209).

Vale ressaltar que o ofício de narrador está ligado a memória, cuja propriedade não se restringe a conservar o que foi contado, mas também a ordená-lo, possibilitando novas releituras. Aquele que narra pode partir de uma lembrança para costurar o seu relato, direcionando o recordado para outros sentidos. E é sempre da reminiscência do acontecido que autor tira as suas primeiras impressões. Por isso, a *mnemosyne* abrange todas as formas épicas e é considerada pelos gregos a musa da poesia. Nesse sentido, a expressão poética se manifesta por meio de uma recordação, pondo-se ao lado da verdade, com a finalidade de lembrar aos homens o seu passado heroico e os seus grandes feitos (LE GOFF, p. 433-434). Por conseguinte, o comentário curto do res-do-chão, como arte narrativa acoplada ao tempo, traz na sua execução um misto de poesia e memória¹.

Constituindo-se numa escrita do contemporâneo, o folhetim absorve, na sua lógica interna e testemunhal, as justaposições temporais de certos períodos, mostrando como determinados comportamentos e pensamentos antigos sobrevivem em condições de elevada modernidade. Aliás, essa característica do variado e atual, seja na forma ou no conteúdo, faz

¹ A memória, sendo uma construção social, agregada à temporalidade, configura-se como um importante objeto da historiografia. Ela, como apontou Menezes (1992, p. 11-14), é filha do presente, atende aos pedidos e os estímulos desse presente, efetivando-se nele. O passado é o seu referencial, cuja falta leva a incompreensão do hoje, além da impossibilidade de um projeto para o futuro. Dessa forma, vê-se que a crônica se prende, por todos os sentidos, à história.

do folhetim um estilo sem perfeição estética, uma vez que pode suturar todos os modos e assuntos sem uma ordenação obrigatória. É o imperfeito que dá o tom.

Outro escritor que buscou entender o trabalho do cronista foi Olavo Bilac (1865-1918), que compreendia o gênero como o pó da história soberana, cujos grandes depoimentos seriam elaborados com narrações menores. O labor do folhetinista seria comparado ao do pedreiro, que suporta o peso das pedras para elevação de um edifício, caindo depois no anonimato. Essa imagem pode ser vista num texto do *O Estado de São Paulo*, escrito em 1897:

[...] a crônica é a poeira da História, da grave História soberana, cujo testemunho vasto e seguro se faz com pequeninos testemunhos isolados: - cada um de nós, cronista, é como o humilde maçon que moureja no trabalho das construções, arfando com o peso das pedras que carrega, molhando com o suor o barro que amassa, - e desaparece, desprezado e desconhecido, quando acabado irradia o edifício, em cuja fachada fica apenas fulgurando o nome do arquiteto (In: Dimas, 2006, p. 227. 1 v.).

Assim, esses comentários curtos são configurados numa margem, isto é, na borda de uma história que é imperiosa, fazendo-se de elemento base, e quase invisível, dos grandes testemunhos. Não é, portanto, a grande história, mas se constitui como parte fundamental dela. Nesse sentido, a crônica não opera grandezas, mas pode ser reveladora, indício para compreensão de algo abrangente e significativo. Ainda segundo Bilac:

À crônica, pois! Estes comentários leves, que duram menos ainda do que as estafadíssima rosas de malherbe, não deitam abaixo as instituições, não fundam na terra o império da justiça, não levantam nem abaixam o câmbio, não depravam nem regeneram os homens: escrevem-se, leem-se, esquecem-se, tendo apenas servido para encher cinco minutos da monótona existência de todos os dias. Mas, quem sabe? Talvez muito tarde, um investigador curioso, remexendo esta poeira tênue da história, venha achar dentro dela alguma coisa... (Ibid., p. 227. 1 v.).

Desse modo, pode-se dizer que o gênero, em análise, se articula a uma micro-história, já que trabalha, no geral, com um evento particular, com uma escala reduzida de observação, referente ao fato pequeno e à subjetividade do cronista. No entanto, por trás de sua suposta e aparente frivolidade e até ineficácia, notam-se sintomas e sinais de algo ainda

não visto, e que pode guardar uma acepção profunda da sociedade. Em 1904, agora na *Gazeta de Notícias*, Bilac aponta para uma outra definição do que seria o folhetim. Este seria representado por uma caixa, que agrega diversos componentes, cabendo um pouco de tudo: o sagrado e o profano, imagens de santos e assuntos de carnaval:

É impossível deixar de misturar, nesta resenha da semana, o profano com o sagrado. Os cronistas são como os bufaninheiro (sic), que levam dentro de suas caixas, rosários e alfinetes, fazendas e botões, sabonetes e sapatos, louças e agulhas, imagens de santos e baralhos de cartas, remédio para a alma e remédios para os calos, breve a pomadas, elixires e dedais. De tudo há de contar um pouco, esta caixa da Crônica: sortimento para gente séria e sortimento para gente fútil, um pouco de política para quem lê os resumos dos debates do Congresso, e um pouco de carnaval para quem só acha prazer na leitura das seções carnavalescas (In: DIMAS, 2006, p. 631. 2 v.).

Essa particularidade de absorver todos os acontecimentos, esquivando-se das grandes narrativas, aproxima o cronista de alguns historiadores atuais, tal como Ginzburg (1989), que utiliza o pormenor como instrumento para compreensão dos homens no tempo. Para o pesquisador, os dados considerados marginais podem servir como peça-chave de um quebra-cabeça social, manifestando uma capacidade de remontar as trocas e transformações socioculturais. Ademais, haveria uma série de disciplinas que se basearia num paradigma indiciário, no aparentemente negligenciável, a exemplo da psicanálise e da própria história, cujo saber cognoscível é expresso de modo individual, indireto, sintomático e conjectural (Ibid., p. 154-157). Isso não significa que as *relações*, que fazem a macro-história, e permitem uma ampla visão da sociedade, sejam eliminadas. No entanto, elas são agora vistas de baixo, de um ângulo microscópico. É, então, a partir do olhar minúsculo, do detalhe, que as linhas históricas vão se costurando, descortinando uma vasta rede, no qual se ressaltam os aspectos econômicos, culturais e políticos dos contextos e grupos humanos.

Em síntese, o desprezioso ou o trivial, que alimenta o folhetinista, é igualmente um forte sustento para o historiador. Todavia, são distintas as maneiras como o “pequeno feito” é processado ou devorado por esses analistas. O primeiro não está preso a um modelo científico, é livre para recriar o acontecimento, inventando diálogos e até personagens, isto é, a linguagem e a imaginação faz parte do seu conteúdo. Já o segundo, analisa o pormenor com

base em paradigmas, técnicas e métodos científicos, buscando veracidade na construção do fato e de sua interpretação. Vale enfatizar que a condição temporal da crônica faz dela uma fonte singular para o estudioso da história. Esse gênero não é apenas testemunha de um tempo, é também a expressão verbal do tempo.

Desse modo, o cronista vai descrevendo a sua época, isto é, por meio do “miúdo”, de indivíduos anônimos ou célebres que deixam, nas suas práticas cotidianas, vestígios de uma mentalidade coletiva, de acontecimentos e ações necessários para apreensão das tramas sociais. Assim, as festas, as peças teatrais, a fantasia de carnaval, um monumento, as avenidas, a tatuagem, a briga, a mendicidade, a eletricidade, o passeio público, o *five o'clock*, enfim, a vida e a morte são todos mananciais que o folhetinista bebe para confeccionar uma imagem mais extensa do vivido. Em razão disso, Campos (2011, p. 80) considera o cronista um historiador, “um intérprete que apresenta e recria um acontecimento, alguém que narra e vive sob o primado do cotidiano”.

Portanto, a crônica se torna, enquanto testemunho de um período histórico, um documento significativo e eficaz para o historiador, mostrando, muitas vezes, o que um texto oficial busca esconder ou silenciar. Embora, o cronista esteja escrevendo para um jornal e um público alvo, o que exige certo controle e domínio sob o escrito, sua liberdade se manifesta em maior grau, uma vez que o folhetim traz como ingrediente uma boa dose de subjetividade e ficção. Além disso, faz parte dessa escritura a livre opinião do autor sobre gostos e assuntos variados, a exemplo de tomada de posição política e artística. Nisso, pode-se avistar pensamentos, pré-conceitos, atitudes e sistemas sociais que não correspondem somente àqueles que escrevem, mas a uma coletividade, a um conjunto de pessoas, em especial os leitores. O estudioso da história, remexendo essa “poeira tênue”, que constitui os “comentários leves”, pode descobrir aquela “alguma coisa”, de que Bilac fala, para remontar equações mais complexa do seu fazer histórico.

Arrigucci (1987) explica que o folhetim está concatenado à história, uma vez que se vincula permanentemente com um tempo presente e com uma memória escrita. Segundo o crítico literário, assim como a narrativa mítica estaria para uma temporalidade cíclica ou repetida; a crônica estaria para uma ideia progressiva de tempo, tornando-se predecessora da historiografia moderna. Nesse sentido, tal relato “pode constituir o testemunho de uma vida, o documento de toda uma época ou o meio de se inscrever a História no texto. Além disso, ao

distanciar-se do passado, pode se transformar em fonte de imaginação: gestas românticas e outras formas literárias [...]” (Ibid., p. 52). Vale ressaltar que embora o cronista trate do geralmente efêmero, sua desenvoltura artística garante ao texto uma competência atemporal, desviando-se do presente em si.

O fato da crônica está localizada na modernidade, induz a um tipo de escritura que se assinala pela novidade, a rapidez, as transformações tecnológicas (cinema, fotografia, cartaz, imprensa), urbanas e culturais da sociedade. Süssekind mostra, no seu livro *Cinematógrafo de letras* (1987), como a literatura, de final do século XIX e início do XX, vai incorporando as técnicas jornalísticas e visuais na temática e na própria tessitura narrativa. Assim, a língua seca, rápida e concisa; os ganchos; as redundâncias; a personagem-superfície, que parece originar de uma fotografia, costumam as ficções e os relatos breves do período.

Posto isso, deve-se tomar certos cuidados para a utilização da crônica como fonte histórica. É preciso atentar para certos perigos: a) o gênero é uma produção autoral, carregado de tramas e intencionalidades; b) ele traz os estigmas e as influências de sua época, conseqüentemente, não é uma fotografia fiel da realidade. Aliás, nenhum texto o é; c) se um pé da crônica está para a história e a realidade, o outro está mergulhado nos artifícios literários, brincando com a palavra e com o leitor. Entretanto, se esses fatores são passíveis de levar um pesquisador ao engano, eles são também os componentes que enriquecem e aprofundam a compreensão das relações sociais, pois revelam os atritos e as contradições que constituem a sociedade.

3. Considerações finais

A linguagem não é um dado isolado, mas uma atividade social e, portanto, composta de uma experiência histórica e ideológica, que direciona o seu sentido e sua finalidade. Assim, a expressão verbal é uma elaboração heterogênea, em que se evidenciam discursos e pensamentos conflitantes. A escrita se organiza num espaço de luta, refletindo e dialogando com a ideia do outro.

Com efeito, o gênero crônica se apresenta como uma prática discursiva, um local onde se insere distintas vozes sociais, que projetam igualmente várias perspectivas, em função de condições históricas (CAMPOS, op.cit., p. 69). O cronista e o historiador constroem, enfim,

um diálogo bastante frutífero sobre os homens e suas temporalidades, diálogos que, na atualidade, ficam cada vez mais complexos, pois se ordenam num tempo que se pluralizou, e que rompeu fronteiras socioculturais.

Desse modo, a conversa entre crônica e história se faz num tempo e sobre o tempo, tomando como paisagem crítica o cotidiano, o detalhe. É um debate tenso e múltiplo, mas que se torna necessário, porque é capaz de despontar as representações e as ações coletivas por um ângulo diferenciado, curioso e esclarecedor.

Referência:

ALENCAR, José de. Ao correr da pena. São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000130.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2013.

ARRIGUCCI, Junior Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 55-66.

ASSIS, Machado. O folhetinista. In:_____. *O espelho*. João Roberto Farias (org.). São Paulo: Unicamp, 2009. p. 55-58.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.197-221.

DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista: crônicas*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Unicamp, 2006. 1 e 2 v.

CAMPOS, Maria Inês Batista. *A construção da identidade nacional nas crônicas da Revista do Brasil*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2011.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés do chão. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1992. p. 13-22.

GINZBURG, Carlos. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. Memória. In:_____. *Memória e história*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da moeda, 1984.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

LOPEZ, Telê Porto Ancora. A crônica de Mário de Andrade: impressões que historiam. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1992. p. 165-188.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? *Revista Instituto Estudo Brasileiro*. São Paulo, 1992.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1992. p. 75-92.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.